



## **SEGURANÇA NOS ESTALEIROS TEMPORÁRIOS OU MÓVEIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS**

**Apresentação do diploma que estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros de construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar em estaleiros temporários ou móveis -**

**Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro  
(revoga o Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de Julho)**

# SEGURANÇA NOS ESTALEIROS TEMPORÁRIOS OU MÓVEIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro  
(Revoga o Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de Julho)

## A - ESTRUTURA DO DECRETO-LEI N.º 273/2003, DE 29 DE OUTUBRO

### **Capítulo I - PRINCÍPIOS GERAIS**

- ☐ Objecto
- ☐ Âmbito
- ☐ Definições

### **Capítulo II - DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO E DA EXECUÇÃO DA OBRA**

#### **Secção I - Projecto da obra**

- ☐ Plano de Segurança e Saúde em Projecto

#### **Secção II - Coordenação de Segurança**

- ☐ Coordenação de Segurança e Saúde no Projecto
- ☐ Coordenação de Segurança e Saúde na Obra

#### **Secção III - Execução da Obra**

- ☐ Plano de Segurança e Saúde na Obra
- ☐ Fichas de Procedimentos de Segurança
- ☐ Comunicação Prévia
- ☐ Compilação Técnica

#### **Secção IV - Obrigações dos intervenientes**

- ☐ Dono da Obra
- ☐ Autor do projecto
- ☐ Coordenador de Segurança e Saúde no Projecto
- ☐ Coordenador de Segurança e Saúde na Obra
- ☐ Entidade executante
- ☐ Empregadores
- ☐ Trabalhadores independentes
- ☐ Acidentes graves e mortais

### **Capítulo III - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

- ☐ Contra-ordenações
- ☐ Regulamentação em vigor
- ☐ Revogações
- ☐ Entrada em vigor

# SEGURANÇA NOS ESTALEIROS TEMPORÁRIOS OU MÓVEIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro  
(Revoga o Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de Julho)

## B - GUIA GERAL DO DECRETO-LEI N.º 273/2003, DE 29 DE OUTUBRO

### I - PRINCÍPIOS GERAIS

Âmbito	<ul style="list-style-type: none"><li>❑ Aplicável a todos os ramos de actividade dos sectores privado, cooperativo e social, à Administração Pública central, regional e local, aos institutos públicos e demais pessoas colectivas de direito público, bem como aos trabalhadores independentes.</li><li>❑ Aplicável a trabalhos de construção de edifícios e a outros no domínio da engenharia civil, nomeadamente:<ul style="list-style-type: none"><li>• Escavação</li><li>• Terraplanagem</li><li>• Construção, ampliação, alteração, reparação, restauro, conservação e limpeza de edifícios</li><li>• Montagem e desmontagem de elementos préfabricados, andaimes, gruas e outros aparelhos elevatórios</li><li>• Demolição</li><li>• Construção, manutenção, conservação e alterações de vias de comunicação rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias e suas infra-estruturas de obras fluviais ou marítimas, túneis e obras de arte, barragens, silos ou chaminés industriais</li><li>• Trabalhos especializados no domínio da água, tais como sistemas de irrigação, de drenagem e de abastecimento de águas e de águas residuais, bem como redes de saneamento básico</li><li>• Intervenções nas infra-estruturas de transporte e distribuição de electricidade, gás e telecomunicações</li><li>• Montagem e desmontagem de instalações telefónicas e de equipamentos diversos</li><li>• Isolamentos e impermeabilizações.</li></ul></li></ul>	Art. 2.º
--------	---	----------

Definições e abreviaturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autor do projecto da obra, ou Autor do Projecto - a pessoa singular reconhecida como projectista, que elabora ou participa na elaboração do projecto da obra.</li> <li>• Coordenador em matéria de segurança e saúde durante a elaboração do projecto da obra, ou Coordenador de segurança em projecto (CSSP) - a pessoa singular ou colectiva que executa, durante a elaboração do projecto, as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas no DL273/2003, podendo também participar na preparação do processo de negociação da empreitada e de outros actos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho.</li> <li>• Coordenador em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra, ou Coordenador de segurança em obra (CSSO) - a pessoa singular ou colectiva que executa, durante a realização da obra as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas no DL273/2003.</li> <li>• Responsável pela direcção técnica da obra - o técnico designado pela entidade executante para assegurar a direcção efectiva do estaleiro.</li> <li>• Director técnico da empreitada - o técnico designado pelo adjudicatário da obra pública e aceite pelo dono da obra, nos termos do regime jurídico de empreitadas de obras públicas, para assegurar a direcção técnica da empreitada.</li> <li>• Dono da obra (DO) - a pessoa singular ou colectiva por conta de quem a obra é realizada, ou o concessionário relativamente a obra executada com base em concessão de obra pública.</li> <li>• Empregador - a pessoa singular ou colectiva que, no estaleiro, tem trabalhadores ao seu serviço, incluindo trabalhadores temporários ou em cedência ocasional, para executar a totalidade ou parte da obra; pode ser o dono da obra, a entidade executante ou subempreiteiro.</li> <li>• Entidade executante - a pessoa singular ou colectiva que executa a totalidade ou parte da obra, de acordo com o projecto aprovado e as disposições legais ou regulamentares aplicáveis; pode ser simultaneamente o DO, ou outra pessoa autorizada a exercer a actividade de empreiteiro de obras públicas ou de industrial de construção civil, que esteja obrigada mediante contrato de empreitada com aquele a executar a totalidade ou parte da obra.</li> <li>• Equipa do projecto - conjunto de pessoas reconhecidas como projectistas que intervêm nas definições do projecto da obra.</li> <li>• Estaleiros temporários ou móveis, ou Estaleiros - os locais onde se efectuam trabalhos de construção de edifícios ou trabalhos referidos no DL273/2003 (*), bem como os locais onde, durante a obra, se desenvolvem</li> </ul>	Art. 3.º
---------------------------	--	----------

	<p>actividades de apoio directo aos mesmos. (*):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Escavação</li> <li>◆ Terraplanagem</li> <li>◆ Construção, ampliação, alteração, reparação, restauro, conservação e limpeza de edifícios</li> <li>◆ Montagem e desmontagem de elementos préfabricados, andaimes, gruas e outros aparelhos elevatórios</li> <li>◆ Demolição</li> <li>◆ Construção, manutenção, conservação e alterações de vias de comunicação rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias e suas infra-estruturas de obras fluviais ou marítimas, túneis e obras de arte, barragens, silos ou chaminés industriais</li> <li>◆ Trabalhos especializados no domínio da água, tais como sistemas de irrigação, de drenagem e de abastecimento de águas e de águas residuais, bem como redes de saneamento básico</li> <li>◆ Intervenções nas infra-estruturas de transporte e distribuição de electricidade, gás e telecomunicações</li> <li>◆ Montagem e desmontagem de instalações telefónicas e de equipamentos diversos</li> <li>◆ Isolamentos e impermeabilizações.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fiscal da obra - a pessoa singular ou colectiva que exerce, por conta do DO, a fiscalização da execução da obra, de acordo com o projecto aprovado, bem como do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis; se a fiscalização for assegurada por dois ou mais representantes, o DO designará um deles para chefiar.</li> <li>• Representante dos trabalhadores - a pessoa, eleita pelos trabalhadores, que exerce as funções de representação dos trabalhadores nos domínios da segurança, higiene e saúde no trabalho.</li> <li>• Subempreiteiro - a pessoa singular ou colectiva autorizada a exercer a actividade de empreiteiro de obras públicas ou de industrial de construção civil que executa parte da obra mediante contrato com a entidade executante.</li> <li>• Trabalhador independente - a pessoa singular que efectua pessoalmente uma actividade profissional, não vinculada por contrato de trabalho, para realizar uma parte da obra a que se obrigou perante o dono da obra ou a entidade executante; pode ser empresário em nome individual.</li> </ul>	
--	--	--

## II - PROJECTO DA OBRA

Princípios gerais do projecto da obra	<p>□ O autor do projecto ou a equipa do projecto deve ter em conta os <u>Princípios gerais da prevenção de riscos profissionais</u> (definidos no Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar os riscos</li> <li>• Avaliar os riscos que não possam ser evitados</li> <li>• Combater os riscos na origem</li> <li>• Adaptar o trabalho ao homem</li> <li>• Ter em conta o estágio de evolução da técnica</li> <li>• Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso</li> <li>• Planificar a prevenção</li> <li>• Dar prioridade à prevenção e protecção colectiva em relação à individual</li> <li>• Dar instruções aos trabalhadores.</li> </ul> <p>□ Na integração desses princípios no projecto serão tidos em conta, designadamente, os seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As opções arquitectónicas</li> <li>• As escolhas técnicas desenvolvidas no projecto, incluindo as metodologias relativas aos processos e métodos construtivos, bem como os materiais e equipamentos a incorporar na edificação</li> <li>• As definições relativas aos processos de execução do projecto, incluindo as relativas à estabilidade e às diversas especialidades, as condições de implantação da edificação e os condicionalismos envolventes da execução dos trabalhos</li> <li>• As soluções organizativas que se destinem a planificar os trabalhos ou as suas fases, bem como a previsão do prazo da sua realização</li> <li>• Os riscos especiais para a segurança e saúde enumerados no artigo 7.º do Decreto Lei n.º 273/2003, podendo nestes casos o autor do projecto apresentar soluções complementares das definições consagradas no projecto</li> <li>• As definições relativas à utilização, manutenção e conservação da edificação.</li> </ul>	Art. 4.º
---------------------------------------	--	----------

Planificação da segurança e saúde no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Quando as obras a executar são sujeitas a projecto e envolvem riscos especiais (definidos no art. 7.º do DL 273/2003) o DO deve elaborar ou mandar elaborar, durante a fase de projecto, o PSSP.</li> <li>❑ Se o projecto for elaborado em diversas fases e períodos sucessivos o PSSP será reformulado em função da evolução do projecto.</li> <li>❑ O PSSP poderá ser solicitado ao DO pelas autoridades (IGT- Inspecção-Geral do Trabalho).</li> </ul>	Art. 5.º
Plano de Segurança e Saúde em Projecto	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ Os PSSP terão como suporte as definições do projecto da obra e as demais condições estabelecidas para a execução da obra que sejam relevantes para o planeamento da prevenção dos riscos profissionais, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>• O tipo da edificação, o uso previsto, as opções arquitectónicas, as definições estruturais e das demais especialidades, as soluções técnicas preconizadas, os produtos e materiais a utilizar, devendo ainda incluir as peças escritas e desenhadas dos projectos, relevantes para a prevenção de riscos profissionais</li> <li>• As características geológicas, hidrológicas e geotécnicas do terreno, as redes técnicas aéreas ou subterrâneas, as actividades que eventualmente decorram no local ou na sua proximidade e outros elementos envolventes que possam ter implicações na execução dos trabalhos</li> <li>• As especificações sobre a organização e programação da execução da obra a incluir no concurso da empreitada</li> <li>• As especificações sobre o desenvolvimento do plano de segurança e saúde quando várias entidades executantes realizam partes da obra.</li> </ul> </li> <li>❑ O PSSP concretizará os riscos evidenciados e as medidas preventivas a adoptar, tendo nomeadamente em consideração os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os tipos de trabalho a executar</li> <li>• A gestão da segurança e saúde no estaleiro, especificando os domínios da responsabilidade de cada interveniente</li> <li>• As metodologias relativas aos processos construtivos, bem como os materiais e produtos que sejam definidos no projecto ou no caderno de encargos</li> </ul> </li> </ul>	Art. 6.º

<p>Concurso e contrato de obras públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fases da obra e programação da execução dos diversos trabalhos</li> <li>• Riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores, referidos no art. 7.º do Dec.-Lei n.º 273/2003</li> <li>• Aspectos a observar na gestão e organização do estaleiro de apoio, que serão os seguintes:             <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação das situações susceptíveis de causar risco e que não puderam ser evitadas em projecto, bem como as respectivas medidas de prevenção.</li> <li>2. Instalação e funcionamento de redes técnicas provisórias, nomeadamente de electricidade, gás e comunicações, infra-estruturas de abastecimento de água e sistemas de evacuação de resíduos.</li> <li>3. Delimitação, acessos, circulações horizontais e verticais e permanência de veículos e pessoas.</li> <li>4. Movimentação mecânica e manual de cargas.</li> <li>5. Instalações e equipamentos de apoio à produção.</li> <li>6. Informações sobre os materiais, produtos, substâncias e preparações perigosas a utilizar em obra.</li> <li>7. Planificação das actividades que visem evitar riscos inerentes à sua sobreposição ou sucessão, no espaço e no tempo.</li> <li>8. Cronograma dos trabalhos a realizar em obra.</li> <li>9. Medidas de socorro e evacuação.</li> <li>10. Arrumação e limpeza do estaleiro.</li> <li>11. Medidas correntes de organização do estaleiro.</li> <li>12. Modalidades de cooperação entre a entidade executante, subempreiteiros e trabalhadores independentes.</li> <li>13. Difusão da informação aos diversos intervenientes, nomeadamente empreiteiros, subempreiteiros, técnicos de segurança e higiene do trabalho, trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes.</li> <li>14. Instalações sociais para o pessoal empregado na obra, nomeadamente dormitórios, balneários, vestiários, instalações sanitárias e refeitórios.</li> </ol> </li> </ul> <p>□ Nas obras públicas o PSSP deverá ser incluído pelo DO no conjunto dos elementos que servem de base ao concurso, ficando em anexo ao contrato de empreitada de obras públicas.</p>	<p>Anexo I</p> <p>Art. 8.º</p>
--	---	--------------------------------



<p>Coordenação de Segurança e Saúde no Projecto</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ O dono da obra nomeará um Coordenador de Segurança em Projecto (CSSP) quando: <ul style="list-style-type: none"> <li>• O projecto seja elaborado por mais de um projectista, desde que as suas opções arquitectónicas e escolhas técnicas impliquem complexidade técnica para a integração dos princípios gerais de prevenção de riscos profissionais, ou os trabalhos a executar envolvam riscos especiais (art. 7.º).</li> <li>• For prevista a intervenção em obra de duas ou mais empresas (incluindo a entidade executante e subempreiteiros).</li> </ul> </li> <li>❑ O CSSP será a pessoa colectiva ou individual, qualificada, nos termos de legislação específica, nomeada pelo dono de obra, que executará durante a elaboração do projecto as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas na legislação.</li> <li>❑ A coordenação de segurança deve ser objecto de declaração escrita do dono de obra, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pelo CSSP, com os seguintes elementos: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A identificação da obra e do CSSP</li> <li>b) Se a coordenação couber a uma pessoa colectiva, deve ser identificado quem assegura o exercício da mesma</li> <li>c) O objectivo da coordenação e as funções de cada um dos coordenadores</li> <li>d) Os recursos a afectar ao exercício da coordenação</li> <li>e) A referência à obrigatoriedade de todos os intervenientes cooperarem com os coordenadores durante a elaboração do projecto e a execução da obra.</li> </ul> </li> <li>❑ A coordenação de segurança em projecto e em obra pode ser objecto de declaração conjunta ou de declarações separadas.</li> <li>❑ A declaração referida deve ser comunicada aos membros da equipa de projecto, ao fiscal da obra e à entidade executante, que as deve transmitir a subempreiteiros e a trabalhadores independentes, bem como afixá-la no estaleiro em local bem visível.</li> </ul>	<p>Art. 9.º</p>
---	---	-----------------

	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ A nomeação dos coordenadores de segurança e saúde não exonera o dono da obra, o autor do projecto, a entidade executante e o empregador das responsabilidades que lhes cabem.</li> </ul>	
--	---	--

### III - EXECUÇÃO DA OBRA

<p>Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra</p>	<p>□ A entidade executante desenvolverá e especificará o Plano de Segurança e Saúde em Projecto de modo a complementar as medidas previstas (constituindo-se, assim, um Plano de Segurança e Saúde em Obra), tendo em conta, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As definições do projecto e outros elementos resultantes do contrato com a entidade executante que sejam relevantes para a segurança e saúde dos trabalhadores durante a execução da obra;</li> <li>• As actividades simultâneas ou incompatíveis que decorram no estaleiro ou na sua proximidade;</li> <li>• Os processos e métodos construtivos, incluindo os que exijam uma planificação detalhada das medidas de segurança;</li> <li>• Os equipamentos, materiais e produtos a utilizar;</li> <li>• A programação dos trabalhos, a intervenção de subempreiteiros e trabalhadores independentes, incluindo os respectivos prazos de execução;</li> <li>• As medidas específicas respeitantes a riscos especiais;</li> <li>• O projecto de estaleiro, incluindo os acessos, as circulações, a movimentação de cargas, o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, a evacuação de resíduos, a sinalização e as instalações sociais;</li> <li>• A informação e formação dos trabalhadores;</li> <li>• O sistema de emergência, incluindo as medidas de prevenção, controlo e combate a incêndios, de socorro e evacuação de trabalhadores</li> </ul> <p>□ O subempreiteiro pode sugerir e a entidade executante pode promover soluções alternativas às previstas no PSSP, desde que não diminuam os níveis de segurança e sejam devidamente justificadas.</p> <p>□ O PSSO deve corresponder à estrutura indicada no Anexo II:</p> <p>1 - Avaliação e hierarquização dos riscos reportados ao processo construtivo, abordado operação a operação de acordo com o cronograma, com a previsão dos riscos correspondentes a cada uma por referência à sua origem, e das adequadas técnicas de prevenção que devem ser objecto de</p>	<p>Art. 11.º</p> <p>Anexo II</p>
---	--	----------------------------------

	<p>representação gráfica sempre que se afigure necessário.</p> <p>2 - Projecto do estaleiro e memória descritiva, contendo informações sobre sinalização, circulação, utilização e controlo dos equipamentos, movimentação de cargas, apoios à produção, redes técnicas, recolha e evacuação dos resíduos, armazenagem e controlo de acesso ao estaleiro.</p> <p>3 - Requisitos de segurança e saúde segundo os quais devem decorrer os trabalhos.</p> <p>4 - Cronograma detalhado dos trabalhos.</p> <p>5 - Condicionantes à selecção de subempreiteiros, trabalhadores independentes, fornecedores de materiais e equipamentos de trabalho.</p> <p>6 - Directrizes da entidade executante relativamente aos subempreiteiros e trabalhadores independentes com actividade no estaleiro em matéria de prevenção de riscos profissionais.</p> <p>7 - Meios para assegurar a cooperação entre os vários intervenientes na obra, tendo presentes os requisitos de segurança e saúde estabelecidos.</p> <p>8 - Sistema de gestão de informação e comunicação entre todos os intervenientes no estaleiro em matéria de prevenção de riscos profissionais.</p> <p>9 - Sistemas de informação e de formação de todos os trabalhadores presentes no estaleiro, em matéria de prevenção de riscos profissionais.</p> <p>10 - Procedimentos de emergência, incluindo medidas de socorro e evacuação.</p> <p>11 - Sistema de comunicação da ocorrência de acidentes e incidentes no estaleiro.</p> <p>12 - Sistema de transmissão de informação ao coordenador de segurança em obra para a elaboração da compilação técnica da obra.</p> <p>13 - Instalações sociais para o pessoal empregado na obra, de acordo com as exigências legais, nomeadamente dormitórios, balneários, vestiários, instalações sanitárias e refeitórios.</p> <p>□ O PSSO deve ter juntos os elementos referidos no Anexo III:</p> <p>1 - Peças de projecto com relevância para a prevenção de riscos profissionais.</p> <p>2 - Pormenor e especificação relativos a trabalhos que apresentem riscos especiais.</p> <p>3 - Organograma do estaleiro com definição de funções, tarefas e responsabilidades.</p> <p>4 - Registo das actividades inerentes à prevenção de riscos profissionais, tais como fichas de controlo</p>	
--	---	--

<p>Aprovação e aplicação do PSS</p>	<p>de equipamentos e instalações, modelos de relatórios de avaliação das condições de segurança no estaleiro, fichas de inquérito de acidentes de trabalho e notificação de subempreiteiros e de trabalhadores independentes.</p> <p>5 - Registo das actividades de coordenação, de que constem:</p> <p>a) As actividades do coordenador de segurança na obra no que respeita a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde por parte da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro;</li> <li>ii) Coordenar as actividades da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;</li> <li>iii) Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção.</li> </ul> <p>b) As actividades da entidade executante no que respeita a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das obrigações dos empregadores e dos trabalhadores independentes;</li> <li>ii) Assegurar que os subempreiteiros cumpram, na qualidade de empregadores, as obrigações previstas no artigo 22.º;</li> <li>iii) Assegurar que os trabalhadores independentes cumpram as obrigações previstas no artigo 23.º;</li> <li>iv) Reuniões entre os intervenientes no estaleiro sobre a prevenção de riscos profissionais, com indicação de datas, participantes e assuntos tratados.</li> </ul> <p>c) As auditorias de avaliação de riscos profissionais efectuadas no estaleiro, com indicação das datas, de quem as efectuou, dos trabalhos sobre que incidiram, dos riscos identificados e das medidas de prevenção preconizadas.</p> <p>□ O PSSO será validado tecnicamente pelo Coordenador de Segurança em Obra, após o que será aprovado pelo dono da obra.</p>	<p>Art. 12.º, 13.º</p>
-------------------------------------	---	------------------------

	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ O PSS pode ser objecto de aprovação parcial, nomeadamente se não estiverem disponíveis todas as informações necessárias à avaliação dos riscos e à identificação das correspondentes medidas preventivas, devendo o plano ser completado antes do início dos trabalhos em causa.</li> <li>❑ O dono da obra deve dar conhecimento por escrito do PSS aprovado à entidade executante, a qual deve dar conhecimentos aos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados, antes da respectiva intervenção no estaleiro, da totalidade ou parte do plano que devam conhecer por razões de prevenção.</li> <li>❑ O prazo fixado no contrato para a execução da obra não começa a correr antes que o dono da obra comunique à entidade executante a aprovação do PSS.</li> <li>❑ A obra, incluindo a implantação do estaleiro, só poderá iniciar-se após a aprovação do PSS pelo dono da obra, cabendo a este impedir o seu início.</li> <li>❑ O PSS deve estar disponível no estaleiro, devendo a entidade executante assegurar que o mesmo seja acessível aos subempreiteiros, trabalhadores independentes e aos representantes dos trabalhadores para a SHST.</li> <li>❑ O PSS pode ser solicitado pela IGT.</li> </ul>	
Coordenação de Segurança e Saúde na Obra	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ O dono da obra nomeará um Coordenador de Segurança em Obra (CSSO) quando for prevista a intervenção em obra de duas ou mais empresas (incluindo a entidade executante e subempreiteiros).</li> <li>❑ O CSSO será a pessoa colectiva ou individual, qualificada, nos termos de legislação específica, nomeada pelo dono de obra, que executará durante a execução da obra as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas na legislação.</li> <li>❑ A coordenação de segurança deve ser objecto de declaração escrita do dono de obra, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pelo CSSP, com os seguintes elementos: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A identificação da obra e do CSSO</li> </ul> </li> </ul>	Art. 9.º

	<p>b) Se a coordenação couber a uma pessoa colectiva, deve ser identificado quem assegura o exercício da mesma</p> <p>c) O objectivo da coordenação e as funções de cada um dos coordenadores</p> <p>d) Os recursos a afectar ao exercício da coordenação</p> <p>e) A referência à obrigatoriedade de todos os intervenientes cooperarem com os coordenadores durante a elaboração do projecto e a execução da obra.</p> <p>□ A coordenação de segurança em projecto e em obra pode ser objecto de declaração conjunta ou de declarações separadas.</p> <p>□ A declaração referida deve ser comunicada aos membros da equipa de projecto, ao fiscal da obra e à entidade executante, que as deve transmitir a subempreiteiros e a trabalhadores independentes, bem como afixá-la no estaleiro em local bem visível.</p> <p>□ O Coordenador de Segurança em Obra não poderá intervir na execução da obra como entidade executante, subempreiteiro, trabalhador independente ou trabalhador por conta de outrem, excepto se acumular, nesse último caso, com a função de fiscal da obra.</p> <p>□ A nomeação dos coordenadores de segurança e saúde não exonera o dono da obra, o autor do projecto, a entidade executante e o empregador das responsabilidades que lhes cabem.</p>	
Fichas de procedimentos de segurança	<p>□ Quando não é obrigatória a existência de PSS mas existem riscos especiais (conforme art. 7.º), <u>a entidade executante</u> deve elaborar as Fichas de Procedimentos de Segurança (FPS) para os trabalhos que comportem tais riscos, assegurando que os trabalhadores delas tenham conhecimento.</p> <p>O PSS é obrigatório quando as obras a executar são sujeitas a projecto e envolvem riscos especiais, pelo que as FPS devem ser elaboradas nas situações em que a obra não esteja sujeita a projecto mas possua riscos especiais.</p> <p>□ As Fichas de Procedimentos de Segurança devem conter os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação, caracterização e duração da obra</li> </ul>	Art. 14.º

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação dos intervenientes no estaleiro que sejam relevantes para os trabalhos em causa</li> <li>• Medidas de prevenção a adoptar tendo em conta os trabalhos a realizar e os respectivos riscos</li> <li>• Informações sobre as condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, nomeadamente:             <ol style="list-style-type: none"> <li>a) as características geológicas, hidrológicas e geotécnicas do terreno,</li> <li>b) as redes técnicas aéreas ou subterrâneas</li> <li>c) e as actividades que eventualmente decorram no local que possam ter implicações na prevenção dos riscos profissionais associados à execução dos trabalhos</li> </ol> </li> <li>• Procedimentos a adoptar em situações de emergência.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>❑ A entidade executante só pode iniciar a implantação do estaleiro quando dispuser das FPS, sendo da conta do DO assegurar essa prescrição.</li> <li>❑ O CSSO deve analisar a adequabilidade das FPS e propor à entidade executante as alterações que considere adequadas.</li> <li>❑ A entidade executante deve assegurar que os trabalhadores tenham conhecimento das FPS, as quais devem ficar acessíveis no estaleiro a todos os subempreiteiros, trabalhadores independentes e representantes dos trabalhadores.</li> <li>❑ As FPS podem ser solicitadas pela IGT.</li> </ul>	
Comunicação prévia da abertura do estaleiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>❑ A Comunicação Prévia (CP) da abertura do estaleiro é obrigatória quando for previsível que a execução da obra:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Possua um prazo de execução superior a 30 dias e a utilização simultânea de mais de 20 trabalhadores, em qualquer momento</li> <li>• Quando o somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores seja superior a 500.</li> </ul> </li> <li>❑ O DO deve comunicar previamente a abertura do estaleiro à IGT mediante a apresentação de documento assinado e datado que contenha os seguintes elementos:             <ol style="list-style-type: none"> <li>a) O endereço completo do estaleiro</li> <li>b) A natureza e utilização previstas para a obra</li> <li>c) O dono da obra (DO), o autor ou autores do</li> </ol> </li> </ul>	Art. 15.º



	<p>projecto e a entidade executante, e os respectivos domicílios ou sedes</p> <p>d) O fiscal ou fiscais da obra, o coordenador de segurança em obra (CSSO), e os respectivos domicílios ou sedes</p> <p>e) No caso de empreitada de <u>obra pública</u>, o director técnico da empreitada e o representante da entidade executante, se for nomeado para permanecer no estaleiro durante a execução da obra, e os respectivos domicílios</p> <p>f) No caso de <u>obra particular</u>, o responsável pela direcção técnica da obra e o respectivo domicílio</p> <p>g) As datas previstas para início e termo dos trabalhos no estaleiro</p> <p>h) A estimativa do número máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes que estarão presentes no estaleiro, ou do somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores, consoante a CP seja baseada nas situações de "prazo superior a 30 dias" ou de "total de mais de 500 dias de trabalho"</p> <p>i) A estimativa do número de empresas e de trabalhadores independentes a operar no estaleiro</p> <p>j) A identificação dos subempreiteiros já seleccionados.</p> <p>❑ O DO deve comunicar à IGT qualquer alteração dos elementos da CP constantes nas alíneas a) a j) no prazo de 48 horas, dando conhecimento das mesmas ao CSSO e à entidade executante.</p> <p>❑ As alterações ocorridas ao nível da identificação dos subempreiteiros (alínea j) devem ser comunicadas mensalmente à IGT.</p> <p>❑ A CP deve ser afixada (cópia) pelo DO em local visível do estaleiro, bem como as respectivas actualizações.</p>	
Compilação Técnica da Obra	<p>❑ O DO deve elaborar ou mandar elaborar uma Compilação Técnica da Obra (CTO) que inclua os elementos úteis a ter em conta na sua utilização futura, bem como em trabalhos posteriores à sua conclusão, para preservar a segurança e a saúde de quem os executar.</p> <p>❑ A CTO deve conter, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação completo do DO, do autor ou autores do projecto, dos CSSP e CSSO, da entidade</li> </ul>	Art. 16.º

	<p>executante, bem como dos subempreiteiros ou trabalhadores independentes cujas intervenções sejam relevantes nas características da obra</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações técnicas relativas ao projecto geral e aos projectos das diversas especialidades, incluindo as memórias descritivas, projecto de execução e telas finais, que refiram os aspectos estruturais, as redes técnicas e os sistemas e materiais que sejam relevantes para a prevenção dos riscos profissionais</li> <li>• Informações técnicas respeitantes aos equipamentos instalados que sejam relevantes para a prevenção dos riscos na sua utilização, conservação e manutenção</li> <li>• Informações úteis para a planificação da segurança e saúde na realização de trabalhos em locais da obra edificada cujo acesso e circulação apresentem riscos.</li> </ul> <p>□ O DO poderá recusar a recepção provisória da obra enquanto a entidade executante não forneça os elementos necessários à elaboração da CTO.</p> <p>□ Em intervenções posteriores à entrega da obra que não sejam meras operações de conservação, reparação ou limpeza, ou outras que afectem as suas características e as condições de execução de trabalhos ulteriores, o DO deve assegurar que a CTO seja actualizada com os elementos relevantes.</p>	
Obrigações dos intervenientes	<p>□ Obrigações do <u>dono de obra</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Nomear os coordenadores de segurança em projecto e em obra;</li> <li>b) Elaborar ou mandar elaborar o plano de segurança e saúde;</li> <li>c) Assegurar a divulgação do PSS;</li> <li>d) Aprovar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra;</li> <li>e) Comunicar previamente a abertura do estaleiro à IGT;</li> <li>f) Entregar à entidade executante cópia da Comunicação Prévia, bem como das respectivas actualizações;</li> <li>g) Elaborar ou mandar elaborar a Compilação Técnica da obra;</li> <li>h) Se intervierem em simultâneo no estaleiro duas ou mais entidades executantes, designar a que tomar as medidas necessárias para o acesso ao estaleiros seja reservado apenas a pessoas autorizadas;</li> <li>i) Assegurar o cumprimento das regras de gestão e organização geral do estaleiro a incluir no PSSP (Anexo I).</li> </ul>	Art. 17.º

	<p>□ <u>Obrigações do autor do projecto:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Elaborar o projecto da obra de acordo com os princípios definidos no artigo 4.º e as directivas do coordenador de segurança em projecto;</li> <li>b) Colaborar com o dono da obra, ou com quem este indicar na elaboração da compilação técnica da obra;</li> <li>c) Colaborar com o coordenador de segurança em obra e a entidade executante, prestando informações sobre aspectos relevantes dos riscos associados à execução do projecto.</li> </ul> <p>• Nas situações em que não exista CSSP o autor do projecto deve elaborar o PSSP, iniciar a CTO e, se também não for nomeado CSSO, recolher junto da entidade executante os elementos necessários para a completar.</p>	Art. 18.º
	<p>□ <u>Obrigações dos coordenadores de segurança no Projecto (CSSP):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Assegurar que os autores do projecto tenham em atenção os princípios gerais do projecto da obra;</li> <li>b) Colaborar com o dono da obra na preparação processo de negociação da empreitada e de outros actos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho;</li> <li>c) Elaborar o plano de segurança e saúde em projecto ou, se o mesmo for elaborado por outra pessoa designada. pelo dono da obra, proceder à sua validação técnica;</li> <li>d) Iniciar a organização da compilação técnica da obra e completá-la nas situações em que não haja coordenador de segurança em obra;</li> <li>e) Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do DL273/2003.</li> </ul>	Art. 19.º
	<p>□ <u>Obrigações dos coordenadores de segurança na Obra (CSSO):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Apoiar o dono da obra na elaboração e actualização da comunicação prévia;</li> <li>b) Apreçar o desenvolvimento e as alterações do PSS para a execução da obra, e sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica;</li> <li>c) Analisar a adequabilidade das fichas de procedimentos de segurança e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas;</li> <li>d) Verificar a coordenação das actividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;</li> </ul>	Art. 19.º

	<p>e) Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às actividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;</p> <p>f) Coordenar o controlo da correcta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que tenham influência na segurança e saúde da obra;</p> <p>g) Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro, intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção;</p> <p>h) Registar as actividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra;</p> <p>i) Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;</p> <p>j) Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente na obra;</p> <p>l) Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do DL273/2003;</p> <p>m) Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro;</p> <p>n) Integrar na compilação técnica da obra os elementos decorrentes da execução dos trabalhos que dela não constem.</p> <p>□ <u>Obrigações da entidade executante:</u></p> <p>a) Avaliar os riscos associados à execução da obra e definir as medidas de prevenção adequadas, e, se o plano de segurança e saúde for obrigatório, propor ao dono da obra o desenvolvimento e as adaptações do mesmo;</p> <p>b) Dar a conhecer o plano de segurança e saúde para a execução da obra e as suas alterações aos subempreiteiros e trabalhadores independentes, ou pelo menos a parte que os mesmos necessitam de conhecer por razões de prevenção;</p> <p>c) Elaborar fichas de procedimentos de segurança para os trabalhos que impliquem riscos especiais;</p> <p>d) Assegurar a aplicação do plano de segurança e saúde e das fichas de procedimentos de segurança por parte dos seus trabalhadores, de subempreiteiros e trabalhadores independentes;</p> <p>e) Assegurar que os subempreiteiros cumpram, na</p>	
		Art. 20.º

	<p>qualidade de empregadores, as obrigações previstas no art. 22.º do DL273/2003;</p> <p>f) Assegurar que os trabalhadores independentes cumpram as obrigações previstas no artigo 23.º;</p> <p>g) Colaborar com o coordenador de segurança em obra, bem como cumprir e fazer respeitar por parte de subempreiteiros e trabalhadores independentes as directivas daquele;</p> <p>h) Tomar as medidas necessárias a uma adequada organização e gestão do estaleiro, incluindo a organização do sistema de emergência;</p> <p>i) Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;</p> <p>j) Organizar um registo actualizado dos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados com actividade no estaleiro;</p> <p>l) Fornecer ao dono da obra as informações necessárias à elaboração e actualização da comunicação prévia;</p> <p>m) Fornecer ao autor do projecto, ao coordenador de segurança em projecto, ao coordenador de segurança em obra ou, na falta destes, ao dono da obra os elementos necessários à elaboração da compilação técnica da obra.</p>	
	<p>□ <u>Registo de subempreiteiros e trabalhadores independentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A entidade executante deve organizar um registo que inclua, em relação a cada subempreiteiro ou trabalhador independente por si contratado que trabalhe no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A identificação completa, residência ou sede e o número fiscal de contribuinte;</li> <li>b) O número do registo ou da autorização para o exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas ou de industrial da construção, bem como de certificação exigida por lei para o exercício de outra actividade realizada no estaleiro;</li> <li>c) A actividade a efectuar no estaleiro e a sua calendarização;</li> <li>d) A cópia do contrato em execução do qual conste que exerce actividade no estaleiro, quando for celebrado por escrito,</li> <li>e) O responsável do subempreiteiro no estaleiro.</li> </ul> </li> <li>• Cada empregador deve organizar um registo que inclua, em relação aos seus trabalhadores e trabalhadores independentes por si contratados que trabalhem no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) A identificação completa e a residência habitual;</li> <li>b) O número fiscal de contribuinte;</li> </ul> </li> </ul>	Art. 21.º

	<p>c) O número de beneficiário da segurança social;</p> <p>d) A categoria profissional ou profissão;</p> <p>e) As datas do início e do termo previsível do trabalho no estaleiro;</p> <p>f) As apólices de seguros dos acidentes de trabalho relativos a todos os trabalhadores respectivos que trabalhem no estaleiro e a trabalhadores independentes por si contratados, bem como os recibos correspondentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os subempreiteiros devem comunicar o registo referido, ou permitir o acesso ao mesmo por meios informáticos, à entidade executante.</li> <li>• A entidade executante e os subempreiteiros devem conservar os registos referidos até um ano após o termo da actividade no estaleiro.</li> </ul> <p>□ Obrigações dos <u>empregadores</u>:</p> <p>a) Comunicar, pela forma mais adequada, aos respectivos trabalhadores e aos trabalhadores independentes por si contratados o PSS ou as FPS, no que diz respeito aos trabalhos por si executados, e fazer cumprir as suas especificações;;</p> <p>b) Manter o estaleiro em boa ordem e em estado de salubridade adequado;</p> <p>c) Garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessária à segurança em todos os postos de trabalho no estaleiro;</p> <p>d) Garantir a correcta movimentação dos materiais e utilização dos equipamentos de trabalho;</p> <p>e) Efectuar a manutenção e o controlo das instalações e dos equipamentos de trabalho antes da sua entrada em funcionamento e com intervalos regulares durante a laboração;</p> <p>f) Delimitar e organizar as zonas de armazenagem de materiais, em especial se substâncias, preparações e materiais perigosos;</p> <p>g) Recolher, em condições de segurança, os materiais perigosos utilizados;</p> <p>h) Armazenar, eliminar reciclar ou evacuar resíduos e escombros;</p> <p>i) Determinar e adaptar, em função da evolução do estaleiro, o tempo efectivo a consagra aos diferentes tipos de trabalho ou fases do trabalho;</p> <p>j) Cooperar na articulação dos trabalhos por si desenvolvidos com outras actividades desenvolvidas no local ou no meio envolvente;</p> <p>l) Cumprir as indicações do CSSO e da entidade executante;</p> <p>m) Adoptar as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho previstas em regulamentação específica (DL106/96);</p> <p>n) Informar e consultar os trabalhadores e os seus representantes para a segurança, higiene e saúde no</p>	Art. 22.º
--	--	-----------

	<p>trabalho sobra a aplicação das disposições do presente diploma.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando exercer a actividade profissional por conta própria no estaleiro, o empregador deve cumprir as obrigações gerais dos trabalhadores previstas no regime aplicável de SHST.</li> </ul>	
	<p>□ <u>Obrigações dos trabalhadores independentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Cumprir as suas obrigações enquanto empregador, se for o caso;</li> <li>b) Cooperar na aplicação das disposições específicas estabelecidas para o estaleiro, respeitando as indicações do CSSO e da entidade executante.</li> </ul>	Art. 23.º
	<p>□ <u>Acidentes graves e mortais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os acidentes de trabalho de que resulte morte ou lesão grave do trabalhador, ou que assumam particular gravidade na perspectiva da segurança no trabalho, devem ser comunicados pelo respectivo empregador à IGT e ao CSSO no prazo máximo de 24 horas.</li> <li>• A comunicação de acidentes com trabalhadores independentes deve ser feita pela entidade que os contratou.</li> <li>• Se não forem efectuadas pelos intervenientes as referidas comunicações, será a entidade executante ou o dono da obra a efectuá-las.</li> <li>• A entidade executante deve suspender de imediato os trabalhos sob sua responsabilidade que sejam susceptíveis de destruir ou alterar vestígios do acidente.</li> <li>• A IGT pode determinar a suspensão imediata dos trabalhos em curso</li> <li>• Compete à IGT a realização de inquérito, bem como autorização para continuação dos trabalhos suspensos.</li> </ul>	Art. 24.º

## ABREVIATURAS

Abreviaturas utilizadas neste documento	<ul style="list-style-type: none"><li>❑ <i>PSS; PSSP, PSSO</i> - Plano de segurança e saúde; em projecto, na obra</li><li>❑ <i>CSS; CSSP, CSSO</i> - Coordenador de segurança e saúde; em projecto, na obra</li><li>❑ <i>FPS</i> - Ficha de procedimentos de segurança</li><li>❑ <i>CTO</i> - Compilação técnica da obra</li><li>❑ <i>CP</i> - Comunicação prévia do início da obra</li><li>❑ <i>DO</i> - Dono da obra</li><li>❑ <i>IGT</i> - Inspeção-Geral do Trabalho</li><li>❑ <i>SHST</i> - Segurança, higiene e saúde no trabalho</li></ul>
---	---

O presente documento constitui um instrumento de trabalho, não pretendendo dispensando a consulta à legislação enunciada.

Assim, deverão ser consultados os diplomas referidos sendo, em caso de dúvidas, solicitados esclarecimentos às entidades de tutela da área – ISHST-Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e IGT-Inspeção-Geral do trabalho.

Anexo: Cópia do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro.